

# *A difícil dívida dos países em desenvolvimento*

L.G. NASCIMENTO SILVA

Subitamente formam-se dois movimentos em torno do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento.

O Presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, dando uma prova de sua lucidez política, promete uma revisão ampla da atual estratégia para possíveis acertamentos dessa dívida que tanto aflige e penaliza esses países.

Quase que simultaneamente a Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) na última semana atribuiu a seu Secretário Geral, Javier Perez de Cuellar, um mandato específico para que proceda à negociação dessa dívida. A resolução 43/198 solicita que o Secretário Geral "proceda a um processo de consultas de alto nível, como adequado, com Chefes de Estados ou de Governo e outras partes concernentes para contribuir por uma compreensão comum da solução do endividamento externo dos países em desenvolvimento, no contexto de seu crescimento e desenvolvimento". Essa resolução foi aprovada por 150 votos a favor, o isolado voto contra dos Estados Unidos e a abstenção do Japão.

Nessa resolução menciona-se ainda que os países da América Latina transformaram-se, a partir de 1982, em exportadores líquidos de capital. Os Estados Unidos opuseram-se à adoção dessa expressão, sob o fundamento de que ela já havia sido utilizada pelo Banco Mundial.

Esse é um problema que se vem arrastando desde o início dos anos oitenta e os países do continente americano vêm demonstrando sua impossibilidade de fazer face ao pagamento dos juros, que se têm exasperado nos anos recentes, isso sem falar no principal da dívida que só se acumula sem ces-

sar.

Efetivamente, o Banco Mundial (Bird), em relatório divulgado agora em dezembro, reconhece a dificuldade que os países endividados apresentam, não apenas para atenderem à amortização do capital emprestado, mas mesmo para pagamento dos juros e serviços da dívida. E acentua o relatório: "algum progresso tem sido obtido pelos países devedores na reestruturação de suas economias. Mas a maioria não está em melhores condições do que em 1982, quando a crise explodiu". E lamenta ainda o Bird que os bancos comerciais hajam interrompido nos últimos três anos os empréstimos, o que acarretou a paralisação dos investimentos nos países em desenvolvimento.

Essa situação não pode, nem deve, perdurar, como reconheceu o Presidente eleito dos Estados Unidos, assim como a Assembléia Geral das Nações Unidas, e impõe ela que se proceda a uma mudança de estratégia que abranja a redução voluntária da dívida, por sua conversão em investimentos; a diminuição das barreiras alfandegárias nos países industrializados que impedem a importação de produto dos países devedores; o apoio mais decidido de instituições financeiras internacionais, como o Bird e o FMI, e a volta dos empréstimos pelos bancos privados para novos investimentos nos países em desenvolvimento, e outras medidas.

Bush parece ter captado o absurdo do impasse que se vem agravando fortemente com o acúmulo da dívida externa dos países do continente americano, e se propõe a encaminhar fórmulas para sua solução.

O Plano Backer, que tinha

um generoso objetivo, não prosperou quando os bancos privados se retraíram e preocuparam-se mais com consolidar suas posições ante a impossibilidade que os países devedores apresentavam de fazer face ao pagamento, não só de parcelas da dívida, mas ainda dos juros e serviços, que tinham de ser acrescidos aos montantes da dívida.

Em quase todos esses países devedores se vem formando uma quase unânime opinião pública contrária, não só ao pagamento dos juros, como ainda ao reconhecimento da necessidade de repagamento integral do principal, postulando revisões dos acordos sobre a dívida, ou mesmo moratórias puras e simples.

Essa situação de rebeldia é que se projetou no Bird e que agora encontra ouvidos no pensamento manifestado por Bush, que promete "vamos olhar tudo isso novamente". E indica que essa revisão será examinada pela Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos, pelo Departamento de Estado e mesmo pelo Conselho de Segurança Nacional. Mas, adverte ele cautelosamente que não se cogita de um perdão puro e simples da dívida. Isso, aliás, não é o que pleiteiam os países latino-americanos que jamais repudiaram o seu dever de atender, dentro de suas reais possibilidades, ao serviço da dívida. Agora o plenário das Nações Unidas também se solidariza com esse movimento de opinião, e não é sem tempo.

Um expressivo sintoma de uma nova atitude dos Estados Unidos pode ser visto na recente concessão de um empréstimo-ponte de US\$ 3,5 bilhões ao México, aliviando consideravelmente as dificuldades finan-

ceiras do país, que, em contrapartida, se propõe à adoção de uma política de austeridade monetária para reequilibrar suas dificuldades públicas. E agora o Ministro das Finanças do México está negociando em Washington com o Secretário do Tesouro escolhido por Bush, Nicolas Braden, e com o Diretor do Banco Mundial, Barber Connable, os problemas de sua dívida externa que monta a US\$ 102 bilhões. Pretende o México reduzir os pagamentos da dívida dos atuais 5% do PNB para cerca de 3%.

O Brasil, o maior devedor, com uma dívida que orça em US\$ 120,1 bilhões, vem atendendo regularmente ao seu serviço da dívida, é certo que auxiliado por um empréstimo feito no corrente ano pelos bancos credores no montante de US\$ 5,2 bilhões. O Ministro Mailson da Nóbrega tem feito declarações sucessivas, sempre afirmando que "não queremos confrontação, mas sim negociação".

Creio ser também oportuno recordar princípios fundamentais inscritos na Carta de Direitos e Deveres dos Estados aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em junho de 1974, o primeiro deles afirmando o dever de cooperação internacional em favor dos países em desenvolvimento e o segundo o da salvaguarda de sua independência econômica.

E por aí vai o delicado problema da dívida externa dos países latino-americanos, que é fundamental para seu desenvolvimento econômico e social. Oxalá possa a coordenação que o Presidente eleito George Bush se propõe a fazer aliviar as economias desses países em desenvolvimento com relação aos graves problemas que tanto os afligem.